



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXII - 114º DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 31 de dezembro de 2003 - Nº 249

TERESINA - PI

Secretário de Saúde planeja 2004 com diretores de hospitais



O secretário estadual da Saúde, Bruno Figueiredo, reuniu-se no último dia 30, às 9 horas, com todos os diretores de hospitais do Estado, na Escola Fazendária. Na reunião, o secretário explicou as metas e prioridades para o ano de 2004, além de fazer um balanço de como foi o ano de 2003 e o que precisa mudar.

Ainda na reunião, a equipe do Fundo Estadual de Saúde explicou o que irá mudar na gestão financeira dos hospitais com a implementação do Fundo, a partir do dia 1º de janeiro.

Governo viabilizará pagamento do 13º para quem tem restrição financeira



“Devido a uma determinação do Banco Central (BC), os servidores com restrição no sistema financeiro não poderão receber a segunda parcela do 13º salário por consignação. Porém até o final de janeiro, o governo do Piauí deverá apresentar uma alternativa viável”. Foi o que informou a diretora da Secretaria de Administração do Estado, Lucily Moura.

Durante todo o dia da última quarta-feira, 24, servidores formaram filas nas agências de bancos como o Bep (Banco do Estado do Piauí) e Banespa (Banco do Estado de São Paulo) na tentativa de receber o pagamento. “Tentamos inúmeras alternativas para o pagamento destes servidores, e devido a isso criou-se uma grande expectativa. Mas, por determinação do Banco Central, não foi possível viabilizar nenhuma delas. Queremos tranquilizar quem está nesta condição. O governo está estudando uma forma de pagar o 13º daqueles que tem alguma restrição no sistema financeiro”, esclareceu.

Ela informou que entre os dias 23 e 24 o Banco do Brasil liberou cerca de R\$ 17 milhões para o pagamento do 13º das pessoas que tenham assinado o Termo de Adesão e que não tenham restrições. “Para essas pessoas que assinaram o termo e que, mesmo que tenham viajado durante o período de festa, ao retornarem poderão ainda fazer a adesão e receber o pagamento”, concluiu.

Cadastro irregular de famílias em programas sociais será desfeito

O Jornal Correio Brasiliense fez denúncias sobre a existência de famílias, no município de Caracol, cadastradas em programas federais de transferência de renda, particularmente do Cartão Alimentação, recebendo benefícios irregularmente. A Secretaria Executiva do Programa já solicitou ao prefeito de Caracol, Marcone Rubes de Macedo, na condição de gestor público governamental, que informasse com a máxima urgência a procedência da denúncia.

De acordo com o representante do governo no Comitê Gestor de Caracol, Aristides Neto, durante reunião do Comitê, realizada no último dia 29, ficou decidido que será feita uma análise do cadastro desses programas no município. Caso seja comprovada a irregularidade, o prefeito deverá requerer formalmente o desligamento das famílias, para que a Secretaria possa adotar as providências cabíveis.

Conforme orientação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, (MESA) a Coordenação Estadual do Programa Fome Zero do Piauí, ao implantar o Programa em qualquer município, em primeiro lugar forma um Comitê Gestor, composto por representantes da sociedade civil, poder público municipal e organizações não governamentais. Estes são treinados e capacitados com a total responsabilidade de cadastrar as famílias para serem beneficiadas para o Programa Cartão Alimentação, conforme os critérios determinados pelo MESA, e também são orientados sobre os rígidos critérios de inclusão e exclusão das famílias.

Ao identificar qualquer falha, onde pessoas que não deviam estariam sendo beneficiadas, os membros do Comitê Gestor tem total autonomia para notificar estas falhas ao MESA e a Coordenação Estadual do Fome Zero, com exigências também de que os dois órgãos tomem imediatamente as devidas providências.